



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

15 de Julho 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Visor

Data: 15/07/2014

Assunto: Cursos

Página: 05

DIÁRIO CATARINENSE

Qualificação

Professores das redes públicas municipal ou estadual têm a chance de fazer uma segunda licenciatura em História ou Matemática, de forma gratuita, na Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e receber ainda um bônus de R\$ 200 mensais para desenvolver um projeto de intervenção nas escolas. As inscrições começaram ontem e seguem até 28 de julho. As informações estão detalhadas no site www.univali.br.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Visor

Data: 15/07/2014

Assunto: Recursos

Página: 05

DIÁRIO CATARINENSE



RICARDO MEDEIROS, PMF, DIVULGAÇÃO

Chegou o dinheiro

A prefeitura de Florianópolis concretizou ontem um dos financiamentos mais anunciados da história da cidade. Foi assinado pelo prefeito Cesar Junior (PSD) o empréstimo de US\$ 58,8 milhões (cerca de R\$ 130 milhões) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para investimentos em educação.

→ Vem de longe

A expectativa por esse financiamento balizou todas as promessas de construção de creches na campanha eleitoral de 2012 – tanto de Cesar Junior, quanto do adversário Gean Loureiro (PMDB). Também justificou a volta de Rodolfo Pinto da Luz à Secretaria de Educação, após ter sido candidato a vice-prefeito na chapa derrotada.

→ Ministra regional

A ministra Ideli Salvatti (PT), dos Direitos Humanos, também estava no evento e na foto – com o prefeito e a representante do BID, Daniela Correia Marquis (à esquerda).

Colaborou Diogo Vargas



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

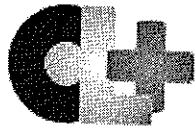
Veículo: Correio Lageano

Editoria: Geral

Data: 13/07/2014

Assunto: IDEB

Página: 04, 05 e 06



CORREIO LAGEANO

Comprometimento, formação, participação dos pais e comunidade, inovação, desenvolvimento de projetos e objetivos, avaliação institucional são alguns dos ingredientes que o CL encontrou ao visitar as três escolas da rede municipal e três estaduais com as melhores notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em Lages.

E em todas as escolas é evidente o clima de interação entre professores, equipe pedagógica e gestores. O ambiente das seis instituições inspira receptividade e nos olhares dos professores se percebe o desejo de mostrar bons resultados.

Entre as estaduais, a EEB Vidal Ramos Junior, do Centro de Lages, que atingiu 6,2 no Ideb de 2011. De olho na qualidade, a escola que conta mais de 1,8 mil alunos, vindos de 64 diferentes bairros de Lages, inseridos nas mais diversas realidades sociais e econômicas, busca na avaliação institucional o seu diferencial.

A gestão avalia o desempenho dos professores e alunos, buscando diminuir índices de evasão e reprovação, com foco na qualidade do processo ensino/aprendizagem. O contato constante com os pais, acionados diante de faltas, atrasos ou queda de rendimento tam-

bém reflete nos resultados. "Qualquer coisa que o aluno faça, que esteja fora das normas, nós comunicamos aos pais", explica a diretora Nereida de Cassia Andrade.

● **SINTONIA** | Com a nota 6,1, a EEB Belisário Ramos, no bairro São Cristóvão, tem como ponto forte a sintonia entre equipes pedagógica, de orientação, supervisão e gestora. "Quando o professor em sala de aula apresenta as suas dificuldades, ele busca as equipes, que se reúnem para determinar o que fazer", explica auxiliar de direção Luciane Melegari.



Comprometimento dos professores, gestores e pais é fundamental.



Preocupação com o aluno além dos portões da escola

Conhecer a realidade do aluno além dos portões da escola é um dos segredos da EEB Professor Flordardo Cabral, que tem nota 6,1. Na rede estadual é a primeira escola de Lages a eleger sua diretora, o que deve promover maior integração dos pais com a escola, tendo em vista que a comunidade também votou na escolha do gestor.

Contando com o apoio de profissionais de diversas áreas e com os pais, a escola tem foco no aluno, no seu aprendizado e proteção. "Ele é um ser participante e os pais são obrigados a vir para a escola, porque não

há como funcionar de uma outra maneira", destaca a diretora Marita José de Souza Pinto.

A nota do Ideb é uma consequência do bom trabalho. As instituições têm o objetivo de formar o aluno, não para uma prova, mas para a vida em sociedade. "Acredito que o bom resultado, mesmo que ainda não seja o desejado, vem da união e da competência do grupo", analisa a diretora Nereida.

A colheita é diária. "Estamos atrás de um futuro promissor para eles lá na frente, independente de qualquer nota", acrescenta Marita.



Investimento no aluno muda indicador

A nota de 4,1 em 2009 para alunos de 1º ao 5º ano do Ideb, aliado a um índice de reprovação de 17% assustou a direção da Emeb Professor Osni de Medeiros Régis, localizada no bairro Tributo. A partir desse resultado ruim, a escola buscou o foco no aluno e o resultado veio em 2011, quando a meta de 4,2 foi superada. A escola conseguiu 5,9 pontos no Ideb.

O Ideb deixou evidente que era preciso motivar os professores, pais e alunos. Para a diretora Lídia Mara Pereira Furtado, a autoestima do aluno precisa ser estimulada. "Procuramos comprometer essa equipe para o sucesso dele, fazer ele acreditar que ele é capaz, que todos são capa-

zes", explica.

O rendimento do aluno é aferido a cada bimestre. "Todos eles fazem os exercícios, sem interferência do professor, em que é avaliada a deficiência de cada um", diz Lídia. Assim a equipe consegue diagnosticar qual a necessidade de cada aluno e turma.

● **PROJETOS** | A escola ingressou em vários projetos, como o programa Mais Educação, do Governo Federal, e o Programa de Aprovação Certa, com foco na redução da repetência, que baixou para 4,5%. Os alunos têm além dos seus professores regentes os auxiliares, assistência pedagógica, produção textual, letramento digital e labora-

tório de informática. A escola possui aulas especiais para alunos com deficiência e até a educação física é preparada de acordo com a necessidade de cada turma.

O Programa de Saúde na Escola e o psicossocial trazem profissionais como neurologista, psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, oftalmologista, dentista para a escola.

No projeto Amigos do Osni, os estudantes de 6º ao 9º ano, com bom rendimento auxiliam, em sala de aula, no contraturno, os alunos menores. "É bom podem ajudar os mais novos", avalia a aluna Maria Eduarda Rodrigues, 12 anos, do 7º ano, que participa do projeto.



Família e comprometimento na escola fazem a diferença

Um conjunto de fatores, como comprometimento da equipe escolar, em parceria com os pais e a comunidade são o segredo do sucesso da Emeb Ondina Neves Bleyer, do bairro Sagrado Coração de Jesus, que teve nota 6,7 em 2011. Segundo a diretora Simone Rafaeli a função da escola não é preparar o aluno apenas para uma prova, mas para a vida e está satisfeita com a participação dos pais. "Eles são bem comprometidos, acredito que a escola funciona em conjunto".

A Emeb Juscelino Kubitschek de Oliveira, no bairro Santa Marina, teve a mesma nota e também conta com a família no aprendizado. Os pais presentes são um incentivo para que os professores não relaxem no trabalho.

Já a escola cobra presença constante dos pais.

● **EM CASA** | Para a diretora Sandra Regina Ronconi, é necessário que os dois lados estejam integrados, pois à escola cabe ensinar, mais educar é com os pais. "O centro de tudo isso é o nosso estudante. A família em casa dá a educação necessária e nós transmitimos os conhecimentos", diz

O casal Leonardo Fisher e Tânia Avila concorda que a escola não consegue caminhar sem a ajuda das famílias e acompanham as atividades dos filhos Sofia, 8 anos, e Cauê, 5 anos. "A escola continua o que nós fazemos em casa e nós damos continuidade ao trabalho da escola", analisa o pai.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Gestores aguardam a próxima nota do Ideb

A meta nacional é que até 2021 que todas as escolas do Brasil tenham nota 6,0 ou mais, que foi superada em cinco escolas de Lages. As notas que estão em vigência são referentes ao Ideb de 2011. Nos próximos meses, os dados devem ser atualizados, com base na avaliação realizada em 2013, quando a meta é, na maioria das vezes inferior à nota que a escola já possui.

Durante visitas às escolas, o CL observou que tanto as escolas citadas nesta reportagem, quanto as demais escolas de Lages contam com projetos que

merecem reconhecimento. Todas atividades interdisciplinares com temas atuais, voltados ao fortalecimento de valores, à solidariedade, ao meio ambiente e integração da escola e família.

● **GESTÃO** | A formação continuada dos professores é uma preocupação constante da Secretaria e Gerência de Educação em Lages. A secretária de Educação, Marimília Coelho, destaca que diante de uma sociedade em transformação, a escola não pode ficar parada.

Para ela, o Ideb é um índice que ajuda, mas não

retrata fielmente a realidade das escolas. “Nós buscamos uma escola de qualidade para garantir o fortalecimento e crescimento do cidadão”, diz.

Neste sentido, muito foi feito, mas ainda há muito o que fazer, como acrescenta a gerente regional de educação Maria de Fátima Ogliari. “A educação é um processo, quanto mais vai avançando, mais deverá avançar”.

5,1 é a nota do Ideb da rede pública de Lages para 1º ao 5º ano



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 15/07/2014
Assunto: Ensino integral		Página: Online



ENSINO INTEGRAL PARA DAR A VOLTA POR CIMA

Lanterna nos índices de Educação, Japeri investe na área para obter bons resultados

Fonte: O Dia (RJ)

A sequência de resultados ruins nos índices que avaliam a Educação e colocam Japeri na lanterna do estado não tira a esperança da secretária Roberta Bailune. Para ela, as políticas públicas implementadas nos últimos anos darão resultados nos próximos testes.

Roberta listou ações que tem adotado. Vão desde o ensino integral em 26 das 33 escolas da rede até programas de incentivo a leitura e premiação aos melhores estudantes da rede, que tem 16.848 alunos. Há ainda um grupo de pedagogos e psicólogos que dão assistência a alunos e pais. “Queremos formar cidadãos completos e seres humanos plenos”, diz ela. “Tenho certeza de que os resultados vão melhorar.”

Os alunos do ensino integral passam sete horas na escola. “É a comunidade escolar que decide quais cursos vai querer e de acordo com suas necessidades”, explica Roberta, comemorando que, desde 2012, há em cada escola um conselho, formado por alunos, pais e professores. Entre os programas estão o Mais Educação — que oferece oficinas de música, pinturas, dança e reforço escolar — e Segundo Tempo, esportivo. Todos parcerias com o governo federal. “Nem dá vontade de sair”, garante a estudante Jeniffer Beatriz, 13. “Dá satisfação, porque os projetos divertem e ensinam.”

Para Alejandra Velasco, do Todos pela Educação, eles estão no caminho certo, “que é entender o aluno como alguém em formação da cidadão”. “O ensino integral deveria ser adotado por todos.”



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 15/07/2014
Assunto: PNE		Página: Online



DO DISCURSO PARA A EXECUÇÃO

Especialista em políticas públicas educacionais, Carlos Roberto Jamil Cury destaca os desafios que se abrem com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) e as oportunidades de melhorias que ele traz consigo

Fonte: Revista Educação

Com três anos de atraso, o Congresso aprovou, em junho passado, a versão definitiva do Plano Nacional de Educação (PNE). São 20 metas que devem ser cumpridas pelo governo federal, estados e municípios nos próximos dez anos, contados a partir da sanção da lei pela presidente Dilma Rousseff. Nessa entrevista, Carlos Roberto Jamil Cury, especialista em políticas públicas educacionais, analisa os desafios do plano e seu potencial para mudar a educação brasileira. Cury é professor emérito da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, entre outros cargos, ocupou ao longo de sua carreira a presidência do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Em suas palavras, o PNE representa a oportunidade de ouro para avançarmos na quantidade e na qualidade da educação, especialmente porque desta vez foi incluída uma meta de financiamento – elemento fundamental que ficou de fora do primeiro PNE e inviabilizou sua implementação. Apesar dos avanços, a execução da lei depende de muitos fatores, entre eles da concretização de um Sistema Nacional de Educação que articule estados e municípios e o Distrito Federal em “favor das finalidades maiores da educação”.

Analisando de maneira geral, o que o governo, os partidos e os movimentos da sociedade civil demonstraram ao longo desses três anos de negociações em torno do PNE? Qual a sua análise sobre esse processo?

Durante o tempo de tramitação do projeto, houve inúmeras audiências públicas na Comissão de Educação da Câmara e mesmo do Senado. Foram convidadas organizações da sociedade civil, como o Todos pela Educação, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, associações profissionais e científicas, além de representantes governamentais, a exemplo do Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Havia um razoável consenso quanto à maioria das metas e das estratégias. Os pontos de conflito foram: os 10% do PIB; se se adicionaria ou não o adjetivo ‘pública’ após o substantivo ‘educação’; se o enunciado seria só os



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

professores ou os professores e as professoras e, finalmente, o modo de inclusão do enunciado no Plano do Custo-aluno-qualidade, que consta da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A delonga na aprovação do PNE também evidenciou a dificuldade de passar à ação e à efetividade a sempre proclamada (e adiada) prioridade da educação. Ficamos três anos sem metas oficiais para a educação.

O que o PNE recém-aprovado traz de novo em comparação com a proposta anterior? E qual o legado do primeiro PNE?

A grande novidade é a assinalação de recursos para o devido investimento. Que sejam os 7% do PIB para o primeiro quinquênio, sejam os 10% na chegada do ano 2022 (bicentenário da Independência), desta vez não se poderá dizer que haverá veto ao financiamento. O importante é que o investimento seja feito com rigor, com racionalização e com destinação legal. O legado do primeiro PNE foi o de ter registrado metas a partir de uma radiografia consistente. As metas, no entanto, ficaram muito mais como referências do que algo a ser atingido. Mas o que ficou de negativo, no anterior, foi a consciência aguda de que sem financiamento não há plano porque as metas não se sustentam.

Quais são as perspectivas que se abriram com a promessa de que, em até dez anos, 10% do PIB, no mínimo, será aplicado na educação?

É preciso notar que, no primeiro quinquênio, o investimento deverá chegar aos 7% do PIB. Já o de 10% é ao final do segundo quinquênio. Não se pense que é pouco dinheiro. Contudo, sem um controle civil destes recursos, como o exercido pelos Conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sem um controle dos órgãos existentes para tal, como os Tribunais de Contas, ou as metas não se atingem ou elas ficarão parcialmente comprometidas. Como o investimento é de grande porte, será possível ampliar significativamente o acesso a todas as etapas obrigatórias (de 4 a 17 anos) e se pensar nos flancos abertos da formação inicial dos docentes, na formação continuada, na melhoria salarial dentro de uma carreira e, então, na avaliação de desempenho. Em outros termos: é a oportunidade de ouro para avançar na quantidade e na qualidade.

Entre as metas do PNE estão a erradicação do analfabetismo e 25% de oferta de ensino integral. É possível cumprir metas ambiciosas como essas em uma década?

De fato são metas ambiciosas. Mas quem não sonha com catedral, não constrói igreja. Elas são urgentes e necessárias. É preciso, entretanto, que o regime de colaboração, agora à luz do Sistema Nacional de Educação – cujo perfil operatório é de fundamental importância –, entre em ação. Vale dizer, é preciso que os governos todos se empenhem, no regime federativo, em uma mesa de negociação para que a gestão não se disperse e nem os recursos se percam.

O governo federal conseguiu evitar que fossem retirados da base de cálculo os recursos aplicados em entidades filantrópicas e programas de expansão do ensino, como o Fies, e o ProUni. O relator do PNE disse que esses valores são insignificantes se comparados ao que será investido em educação pública. Você está de acordo?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Esses recursos, amanhã, poderão fazer falta. Trata-se de uma possibilidade. Ocorre que há um dispositivo constitucional, o artigo 213, que faculta essa possibilidade, reiterada na LDB. Por sua vez, o PNE é uma lei ordinária. Então o dispositivo está valendo. Será preciso regulamentar essa franquia, com as devidas condicionalidades, e, por outro lado, ampliar a face pública do Estado tanto na oferta da educação profissional quanto no ensino superior. O único programa que entendo fora deste cômputo, dentro do parâmetro legal, é o Fies. Trata-se de um contrato entre o indivíduo e um banco. E embora o banco possa ser estatal, o Fies depende de uma ação voluntária do sujeito em contratar tal financiamento.

O PNE não explicita qual deve ser o incremento financeiro que cabe à União e aos entes subnacionais para chegar aos 10% do PIB. Como então a sociedade poderá cobrar o cumprimento dessa meta?

Esse talvez seja o mais difícil dispositivo na forma de sua montagem e operação. Para tanto será preciso aprovar uma lei complementar, como previsto no parágrafo único do art. 23 da Constituição. Sem a aprovação desta lei complementar, o caminho será complicado e o Sistema Nacional de Educação não fechará. Para mim, é o artigo-chave dos recursos referidos ao PIB e o que possibilitaria a criação de um fundo de caráter nacional que, mediante uma radiografia minuciosa, seja redistribuído de forma a reduzir as disparidades regionais.

Qual seria a diferença entre esse fundo e o Fundeb?

O atual Fundeb é constituído por 27 fundos estaduais, sendo que em alguns estados há complementação da União. Um Fundo Nacional a ser dirigido pela União e assessorado por mesa interfederativa permitirá a redução de disparidades hoje existentes, seja nas transferências obrigatórias, seja nas voluntárias. Ou seja, um fundo nacional pode ser mais justo por ser equitativo.

Qual sua avaliação sobre a inclusão de metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)?

Não acho que indicadores de avaliações nacionais ou internacionais devam compor o Plano. Uma lei tem um sentido permanente e estas avaliações são mutáveis. Esses indicadores são termômetros de uma situação. Logo evidenciam coisas que não vão bem, mas tomá-los como referência principal pode ocultar outras coisas importantes. Certamente que tais avaliações hão de continuar. Mas elas devem cooperar com o Plano, porém de maneira auxiliar.

Não estão previstas medidas contra os gestores que descumprirem as metas. Isso coloca o PNE em risco?

Hoje já temos medidas suficientes previstas em vários dispositivos, é preciso aplicá-las. A meu ver, seria importante uma espécie de código que reunisse em um só lugar todos os dispositivos. Um ponto, geralmente esquecido, apesar de constante em lei, é a obrigatoriedade de ouvidorias para que o cidadão tenha um canal direto com os gestores. A reunião de tais normas em uma Lei de Responsabilidade Educacional poderá se explicitar, clarificar e até aperfeiçoar as mesmas normas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 15/07/2014
Assunto: Leitura		Página: Online



OPINIÃO: SEM INCENTIVO À LEITURA

"Apenas 35% das escolas do país têm biblioteca e, ao final do Ensino Fundamental, a maioria dos alunos utiliza pouco esses espaços", afirma Antônio Gois

Fonte: O Globo (RJ)

As bibliotecas escolares no Brasil são pouco utilizadas pelos estudantes ao final do ensino fundamental. Essa constatação é de um estudo realizado pelo movimento Todos Pela Educação, a partir do questionário da Prova Brasil, avaliação aplicada a todas as escolas públicas do país. O levantamento revela também que o uso desses espaços em nossos colégios diminuiu significativamente do 5º para o 9º ano.

Este fato é agravado por ainda estarmos longe de garantir que todas as escolas da educação básica do país tenham biblioteca. A obrigação consta de uma lei aprovada em 2010, que dava um prazo de dez anos para que todos os estabelecimentos de ensino se adequassem a ela. Pelos dados do Censo Escolar de 2013, no entanto, apenas 35% dos 190 mil colégios do país já dispunham desse espaço.

A existência de uma biblioteca, no entanto, não garante que ela seja bem utilizada. No 5º ano do ensino fundamental — onde estudam crianças de 10 anos de idade, caso não repitam de ano —, a pesquisa do Todos Pela Educação mostra que 57% dos estudantes dizem frequentar sempre ou quase sempre esses espaços. Quatro séries depois, no 9º ano, o percentual cai para 30%, com um agravante: 35% dos jovens neste nível de ensino relatam nunca frequentar as bibliotecas de suas escolas.

Essa diminuição da frequência do 5º para o 9º ano sugere um desinteresse crescente dos alunos maiores pela leitura. Mas os dados devem gerar também uma reflexão sobre como as poucas escolas que já dispõem de biblioteca podem melhor utilizar esses espaços para incentivar o hábito de leitura desde cedo.

Para Alejandra Velasco, gerente da área técnica do Todos Pela Educação, uma possível explicação para essa queda na frequência é que sobra menos tempo aos professores do segundo ciclo do ensino fundamental para realizar atividades de leitura na biblioteca. Até o quinto ano, o mais comum é as turmas terem apenas um professor para todas as disciplinas. Do sexto em diante, aumenta o número de matérias



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

obrigatórias do currículo, e na maioria das escolas públicas a jornada diária é de apenas quatro horas.

Volnei Canônica, coordenador do programa Prazer em Ler, do Instituto C&A, critica também o uso das bibliotecas apenas como espaço para pesquisa escolares. No primeiro ciclo do ensino fundamental, ele destaca que é muito comum os professores trabalharem com livros apenas como estratégia para alfabetização. No segundo ciclo, em tempos de acesso crescente à internet, a utilidade de livros só como instrumento de pesquisa é ainda menor. Canônica defende que o principal objetivo das bibliotecas escolares seja a formação de leitores, estratégia que demanda certamente o trabalho de um profissional qualificado e políticas públicas.

Num país em que a maioria da população tem pouco hábito de leitura, o desafio das escolas, especialmente as públicas, é ainda maior. No último relatório do Pisa, exame internacional realizada pela OCDE em 65 países, os alunos brasileiros aparecem apenas à frente dos colombianos num ranking de número médio de livros que eles tinham à disposição em casa.

Garantir, como prevê a lei, que todas as escolas do país tenham biblioteca é uma ação necessária para incentivar o hábito de leitura entre os jovens. Mas só isso não basta. É preciso também ter profissionais qualificados e políticas públicas que incentivem o bom uso desses espaços.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 15/07/2014
Assunto: Propaganda		Página: Online



MEC CONCENTRA 55% DO GASTO TOTAL DE PUBLICIDADE SOMENTE NO PRONATEC

Considerado bandeira política da presidente Dilma, programa teve um gasto de R\$ 15,6 milhões com publicidade; é a primeira vez que uma única iniciativa do MEC concentra tantos recursos

Fonte: iG

Dos R\$ 28 milhões gastos em publicidade na divulgação de 22 programas e ações do Ministério da Educação (MEC), mais de 55% foram concentrados em apenas uma iniciativa: no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Em 2013, o programa teve um gasto total de R\$ 15,6 milhões com publicidade.

Esses recursos reservados ao Pronatec foram utilizados para arcar com as despesas de produção e veiculação de anúncios nos meios de comunicação. Pelo menos nos últimos cinco anos, é a primeira vez que um programa concentra tantos recursos. O recorde de 2012 foi do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que consumiu 25% dos gastos, num total de R\$ 7,6 milhões.

Todos os dados são oficiais e estão presentes em documentos elaborados pela Secretaria Executiva do MEC aos quais o iG Educação teve acesso. A posição mais recente do documento que contém os gastos em campanhas, intituladas como sendo de utilidade pública, é datada de março de 2014.

Enquanto o gasto com o Pronatec ultrapassa os R\$ 15 milhões, os recursos para a campanha publicitária do Plano Nacional de Educação (PNE) - sancionado em junho pela presidente Dilma - representa apenas 0,1%. Em 2013, foram gastos somente R\$ 45 mil em campanhas que visavam mobilizar a sociedade - incluindo os pais, professores e alunos - para a discussão do PNE. O gasto se limitou, basicamente, à criação de livretos.

"Em geral, a publicidade de utilidade pública é mais voltada à propaganda que à comunicação social. Durante a tramitação do PNE [iniciada no final de 2010], foi um equívoco do governo não ter trabalhado o plano como estratégia de comunicação social, tendo em vista que o PNE vai alterar o planejamento de todas as áreas da educação no País", afirma Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Plataforma política

O Pronatec - que já conta com quase 7,5 milhões de matrículas - é tido como uma das principais plataformas políticas na área de educação da presidente Dilma Rousseff. Segundo especialistas, uma das intenções do governo - com tamanho gasto em publicidade - é associar a marca do programa à figura da presidente, candidata à reeleição. Algo parecido com o que ocorreu com o ex-presidente Lula, que teve a expansão do número de universidades federais associada à sua imagem.

"É uma estratégia de marketing. Com um programa como esse [o Pronatec], o governo consegue atingir dois tipos de eleitores-chave: o interessado na geração de emprego e o jovem, que é um público sempre difícil de alcançar", diz o cientista político Rodrigo Mendes, professor de pós-graduação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Oferecendo uma série de cursos técnicos e profissionalizantes, todos gratuitos, o Pronatec atinge, majoritariamente, jovens de 15 a 29 anos com ensino médio completo ou incompleto. No catálogo do programa também há uma série de treinamentos de curta duração voltados à qualificação profissional.

O uso da publicidade legal como instrumento de definição dos marcos da gestão de governantes também é destacado por especialistas como Gil Castello Branco, secretário geral da ONG Contas Abertas, especializada no controle de orçamentos públicos.

"Em geral, nas campanhas de publicidade de utilidade pública, há um intuito de tentar ganhar dividendos eleitorais. Os governos sempre tentam associar suas gestões a determinados programas", explica Castello Branco.

A ênfase do MEC em propaganda sobre o Pronatec surge exatamente na época que antecede a campanha eleitoral. Em 2012, por exemplo, o programa não é listado nos gastos de publicidade de utilidade pública do ministério.

Faz sentido

Por outro lado, de acordo com o especialista em educação, Claudio de Moura Castro, o valor gasto em publicidade com o Pronatec "faz sentido".

"Antes, o ensino técnico estava no limbo e o programa trouxe uma dinâmica nova para essa modalidade. Contudo, a propaganda não deve esconder os diversos problemas do Pronatec. Hoje, por exemplo, não há um controle sobre sua eficiência e o MEC não sabe quantos alunos ingressaram no mercado de trabalho após o curso. Não há, como em outros países, a obrigação da garantia do emprego ao aluno", diz.

Castro cita alguns dos desafios que não foram resolvidos até então pelo programa, que deve ser expandido a partir de 2015 - caso Dilma seja reeleita. No "Pronatec 2.0" - como foi apelidado pela presidente, que recentemente vem reeditando uma série de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

relançamentos de programas -, são prometidas mais 12 milhões de vagas. Na primeira edição, a ser finalizada neste ano, a meta é de 8 milhões de matrículas.

Um dos grandes desafios dessa possível segunda edição do Pronatec será resolver os problemas presentes ainda na primeira etapa. A evasão escolar que chega a 17% em algumas entidades que ofertam os treinamentos, a falta de infraestrutura adequada de cursos técnicos e a carência, em algumas localidades, de locais de estágios exigidos nas formações são alguns dos principais entraves.

Ciência sem Fronteiras

Outro programa que concentra boa parte dos gastos em publicidade é o Ciência sem Fronteiras (CsF) - ação que já concedeu mais de 80 mil bolsas para universitários brasileiros estudarem no exterior. O CsF é outra bandeira política que deve ser encampada pela candidata Dilma durante a propaganda política. A criação do programa se deu no primeiro ano de sua gestão.

Só de gastos de publicidade de utilidade pública do CsF foram consumidos quase R\$ 2 milhões, o que representa quase 7% do gasto total de propaganda do MEC em 2013. Ele é o terceiro programa com mais recursos consumidos, fica atrás apenas do líder Pronatec e dos gastos com campanha do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), programa voltado à alfabetização de crianças ao final do 3º ano do ensino fundamental, até os oito anos de idade.

O CsF e o Pronatec se distinguem, no entanto, pelo alcance de cada programa. A meta do Ciência sem Fronteiras, de enviar 101 mil estudantes para o exterior, é bem mais modesta que a meta do Pronatec, que prevê alcançar 8 milhões de candidatos até o final deste ano.

Ministério da Educação

Consultado, o MEC informou que a pasta "priorizou, em 2013, a divulgação do Pronatec, devido a sua grande relevância social".

A pasta disse ainda que a abrangência nacional do Programa, que chega a mais de 4 mil municípios, e a diversidade de seu público-alvo, que vai desde jovens até trabalhadores de diversas escolaridades e trajetórias profissionais, "exige divulgação em âmbito nacional". O MEC ainda cita a importância do programa no processo de "expansão, democratização e interiorização da oferta de educação profissional e tecnológica no Brasil".

O Ministério da Educação também informou que "é preciso considerar ainda que parte do material [de publicidade] produzido em 2013 está sendo utilizado em 2014". A posição vai em direção ao que afirmou o ministro da educação Henrique Paim, quando questionado pela reportagem, durante evento realizado em São Paulo na última segunda-feira (7). "De certa forma, qualquer gasto que tenha sido feito nesta direção, certamente não foi para cobrir somente um ano. Deve ter sido para mais tempo", disse Paim.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os dados aos quais o iG Educação teve acesso, no entanto, informam que os valores referentes à publicidade do Pronatec se referem a gastos executados em 2013.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 15/07/2014
Assunto: Equipamentos		Página: Online



PELO MENOS 43 MIL ESCOLAS BRASILEIRAS NÃO TÊM EQUIPAMENTOS PARA EXIBIR FILMES

Número corresponde às instituições que não têm televisão, de acordo com o Censo Escolar de 2013

Fonte: Agência Brasil

Pelo menos 43 mil escolas brasileiras não estão preparadas para atender à nova lei que determina a exibição mensal de, pelo menos, duas horas de filmes produzidos no Brasil. O número corresponde às instituições que não têm televisão, de acordo com o Censo Escolar de 2013. O número aumenta quando se trata de aparelhos de DVD – do total de 190,7 mil colégios, mais de 48 mil não têm o equipamento. Em relação aos retroprojetores, que também podem ser usados na exibição de filmes, apenas um terço (63 mil) tem o equipamento.

A lei entrou em vigor no final do mês de junho. Pelo texto, a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola. "Infelizmente, a lei ainda vai permanecer como desafio, por mais que tenha a norma, ela não será implementada imediatamente. Somos um país gigante, com muita diversidade. Temos escolas que não dispõem de recursos mínimos como TV e vídeo. Elas terão que ser equipadas", diz o vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima.

A maior deficiência está entre as escolas públicas, de acordo com a plataforma de dados educacionais QEdu, em que 74% têm TV e 71%, DVD. Entre as particulares as porcentagens aumentam para 90% e 88% respectivamente. As escolas municipais são a maioria no Brasil (119,9 mil) e são também as que apresentam as maiores deficiências. Entre esses centros de ensino, 69% têm TV e 66%, DVD.

Alessio Lima é também secretário de Educação de Tabuleiro do Norte (CE) e diz que no município o desafio de implementar o serviço está praticamente vencido. Das 23 escolas públicas do município, 22 têm TV e aparelho de DVD. "Já temos essa prática nas escolas, de exibir filmes. Mas, agora o incentivo será para planejar a aquisição de um acervo e orientar a prática de forma sistemática". Uma das possibilidades é que os recursos transferidos para as escolas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola sejam usados também para esse fim.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Entre os estados, o Acre é um dos que têm a pior infraestrutura para a exibição dos filmes. No estado, 41% das escolas têm TV e 37% DVD. "Não estamos preparados, não houve planejamento, até porque eles decidiram isso sem o conhecimento das escolas. O Parlamento brasileiro deveria ouvir mais a sociedade", diz o diretor da Secretaria de Educação do Acre, Hildo César Freire Montysuma. A maior dificuldade está nas escolas da área rural, onde não há equipamentos são muito antigos, conta o professor.

No Amazonas, 35% das escolas públicas têm televisão e 30% DVD. A Secretaria de Educação, por meio da assessoria, diz que está projetando estratégias para inserir a proposta no Plano Político Pedagógico nas escolas. "Por enquanto, as ações ainda estão sendo projetadas para futura execução", informa o órgão.

O Ministério da Educação informa que desde 1996 tem políticas de disponibilização de conteúdos audiovisuais por meio da TV Escola, do Portal da TV Escola e do Portal do Professor, além da distribuição dos kits de DVDs da TV Escola, que poderão auxiliar as redes e escolas no cumprimento da lei.

Esses conteúdos audiovisuais, com exceção dos kits de DVD da TV Escola – que são enviados somente para as escolas –, estão disponíveis para livre acesso por todos os cidadãos brasileiros que tenham captação de imagem por meio de antena parabólica, TV a cabo e acesso à internet. Além disso, o MEC diz que vem articulando com o Ministério da Cultura mecanismos e orientações para ampliar o acervo de filmes nacionais, conforme as diretrizes curriculares nacionais.

Sobre os equipamentos, a pasta estimula a aquisição do Projetor Interativo Proinfo pelas licitações de registro de preços promovidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Por se tratar de uma compra nacional, os preços são inferiores aos praticados no mercado e aos obtidos em licitações em um único município ou estado. O projetor pode ser usado na exibição de películas.

Cineastas chamam a atenção para seleção de filmes e planejamento das aulas. Nova lei pretende levar o cinema brasileiro para todas as escolas. Agora, elas terão que exibir mensalmente pelo menos duas horas de filmes produzidos no Brasil. Para cineastas e especialistas, a exibição obrigatória vai ajudar a escoar a produção nacional, além de formar plateia. Será necessário, no entanto, cuidado na seleção dos filmes e no planejamento das aulas.

"Há pelo menos duas formas de o cinema entrar na sala de aula: uma, a mais danosa para a sociedade brasileira, quando entra como substituto do professor ou como simples dispositivo para compensar buraco na ausência do professor. A outra é o cinema como espécie de mediação para que os alunos comecem a entender o mundo. Aí está a grande potência, até mesmo política", explica a professora e pesquisadora



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ramayana Lira – integrante do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual.

Ramayana explica que existe uma especificidade na linguagem audiovisual, que não se trata apenas do conteúdo mostrado no filme, mas também da estética e de outros elementos. Para trabalhar as produções por completo, os professores devem ser capacitados. Segundo ela, é importante a participação dos pesquisadores em cinema nesse processo, além do Poder Público e dos próprios produtores, que terão mais um canal de divulgação das obras.

"Deve haver uma preocupação com os filmes adequados a determinadas faixas etárias, se os filmes funcionam interdisciplinarmente ou só em uma disciplina. A mesma discussão que existe para a escolha dos livros didáticos deverá ocorrer com os filmes", defende.

Para o professor da Universidade de São Paulo (USP) Marciel Consani, a exibição dos filmes em todas as escolas do país será "uma tarefa desafiadora". Não há um hábito de ir ao cinema para ver filme brasileiro", diz ele, que é especialista em educomunicação. "A escola é uma plataforma interessante para criar esse hábito. Mas isso tem que ser feito da maneira correta, amparada metodologicamente, para que não se consiga o contrário, traumatizar os jovens com filmes maçantes e desinteressantes."

Um filme, segundo Consani, é um produto indivisível que deve ser analisado como obra completa. A exibição de trechos de filmes para que se dê tempo de analisá-los em um a aula pode ser algo danoso. A sugestão para tempos menores é que os professores escolham média e curta-metragens. Outra preocupação é não usar como verdade filmes que contenham erros históricos, por se tratarem de adaptações.

Nas salas de cinema, os filmes brasileiros têm ganhado espaço e público. Segundo o Informe de Acompanhamento do Mercado do primeiro trimestre de 2014 da Agência Nacional do Cinema (Ancine), no período, foram vendidos 35,8 milhões de ingressos. O público para filmes brasileiros aumentou em 15,9% em relação aos três primeiros meses de 2013, enquanto os estrangeiros tiveram uma redução de 0,6%. Apesar disso, as produções estrangeiras ainda detêm a maior parte da audiência (79,6% dos ingressos).

"O maior gargalo do cinema brasileiro é a distribuição. Fabricamos, fazemos filmes, mas eles não chegam às salas, ficamos a ver navios", diz o diretor de cinema Cláudio Assis. Seus longa-metragens Amarelo Manga (2002), Baixio das Bestas (2006) e Febre do Rato (2011) foram premiados em festivais de cinema nacionais e internacionais e todos receberam o título de melhor filme por um ou mais júri. As produções, no entanto, chegaram a poucas salas de cinema no Brasil.

"Nas escolas vamos ter a possibilidade de contribuir culturalmente para a formação social, a possibilidade de educar a criança para um olhar sobre a realidade brasileira, sobre o cinema brasileiro. O Brasil precisa de formação de plateia", analisa Assis.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O informe da Ancine mostra que foram 17 estreias de filmes brasileiros no primeiro trimestre nas salas de cinema e apenas cinco tiveram mais de 100 mil espectadores. Segundo o vice-presidente da Associação Paulista dos Cineastas, Sérgio Rosizenblit, a maior parte da produção não é exibida no cinema. Para se ter ideia, apenas em São Paulo estão sendo produzidas 100 obras.

Rosizenblit diz que existem grupos de trabalho discutindo formas de escoar melhor a produção e que um diálogo mais próximo com as escolas poderá entrar em pauta. Com o cumprimento da lei, o cinema brasileiro chegará a mais de 190 mil escolas em todo o país, segundo o Censo Escolar de 2013. O número é bem maior que o de salas, que, de acordo com a Ancine, são 2.738 no Brasil. "As escolas são essenciais. Vão multiplicar os espaços de exibição."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 15/07/2014
Assunto: Leitura		Página: Online



MÉDICOS PRESCREVEM LIVROS PARA CRIANÇAS COM MENOS DE TRÊS ANOS

Leitura em voz alta agora é recomendação oficial da Academia Americana de Pediatria

Fonte: Folha de S. Paulo (SP)

Mais do que diversão, a leitura de histórias para os filhos pequenos, especialmente os menores de três anos, agora é "prescrição" médica.

Uma nova recomendação da APP (Academia Americana de Pediatria) diz que os médicos devem orientar os pais a lerem em voz alta para os bebês como forma de estimular a linguagem, o desenvolvimento da alfabetização e o fortalecimento das relações afetivas entre eles.

A mesma orientação deverá ser seguida pelos médicos brasileiros, segundo a SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria). "Nas consultas, é fundamental que se faça esse tipo de orientação aos pais. A leitura tem papel fundamental no aprendizado e é base para todos os conhecimentos", diz Christian Muller, neuropediatra da SBP.

A ênfase dada às crianças pequenas (até três anos) tem uma explicação: os primeiros 36 meses de vida são cruciais para o desenvolvimento do cérebro e de habilidades como falar, aprender e pensar.

Para editar a nova política, a APP se baseou em estudos que demonstram que bebês e crianças pequenas expostos à leitura têm melhores competências linguísticas quando ingressam na escola.

No Brasil, mais da metade (56,5%) dos alunos com idade de oito anos chega à terceira série do ensino fundamental sem aprendizagem adequada para a leitura. E 70% não sabem escrever corretamente, segundo dados do Plano Nacional de Educação.

A médica Pamela Alta, uma das autoras do estudo que embasou as orientações da APP, afirma que trazer os livros para a consulta permitirá que pediatras observem as habilidades motoras, a linguagem e a alfabetização da criança, além da interação entre ela e seus pais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"A leitura favorece o vínculo familiar. Pode ser a oportunidade de pais e filhos estarem juntos, sem compromissos ou o relógio delimitando tempo para as tarefas diárias", diz Christian Muller.

INTERAÇÃO

Mas nem sempre é fácil prender a atenção das crianças pequenas apenas com a leitura em voz alta, observa a pediatra norte-americana Perri Klass. "Elas não se interessam por histórias longas. Logo se distraem porque têm um curto espaço de atenção."

Diretora de um programa nos EUA que estimula os pais a lerem para os filhos pequenos, Klass diz que os adultos não devem se sentir frustrados se a criança se desinteressar e levar o livro à boca, por exemplo. "É assim que elas exploram o mundo."

Segundo a doutora em educação pela PUC-SP Maria Alice de Rezende Proença, professora do Instituto Singularidades, é importante que os bebês folheiem livros e os percebam como fontes prazerosas de informação.

"O adulto deve brincar com a voz, com os gestos e as expressões faciais e corporais. Ler histórias tem que ser prazeroso para ele também", diz.

Na casa da ginecologista Flávia Maciel de Aguiar, 37, mãe de Rodrigo, 2, e de Bianca, de seis meses, a hora da leitura é garantia de diversão. "A gente canta, faz um teatro mesmo. E o Rodriguinho reage com cara de medo, de susto, de alegria."

O menino também manuseia os livros e interage com as figuras. "Lia histórias para ele desde a gestação. Espero que esse prazer continue quando ele puder fazer suas próprias escolhas", afirma.

Esse também é o desejo de Mariana Viveiros, mãe de Alice, 2. Ela conta que ler histórias para a filha desde "bem bebezinha" não só ajudou na aquisição da linguagem como os livros se tornaram os brinquedos favoritos dela. "Pelo menos até o momento."

Segundo a professora Maria Alice, quanto mais cedo a criança for exposta a variados tipos de leitura, maior será o seu vocabulário e as chances de escrever com uma linguagem mais rica.

A questão é: na vida prática, com as consultas médicas cada vez mais curtas, haverá tempo e disposição do pediatra para conversar com os pais sobre a importância de ler histórias para os filhos?

Christian Muller, da SBP, diz que sim. "Eles devem persistir nisso, independentemente de qualquer dificuldade de tempo que a rotina diária possa gerar."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 15/07/2014
Assunto: Ensino médio		Página: Online



Deputados discutem políticas do governo para o ensino médio

A comissão especial sobre jornada integral no ensino médio da Câmara dos Deputados discute nesta quarta-feira (16) a auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que avalia a oferta e a qualidade do ensino médio no país.

O deputado Wilson Filho (PTB-PB), que pediu o debate, explica que o TCU assinou, com os tribunais de contas dos estados, um termo de cooperação para realizar uma auditoria coordenada para identificar os problemas que afetam a qualidade do ensino médio no Brasil. "O objetivo é fiscalizar as ações do governo voltadas para o ensino médio."

Foram convidados para participar da discussão:

- o secretário de controle externo da educação, da cultura e do desporto do TCU, Marcelo Bemerguy;
- a presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Bárbara Melo;
- a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Maria Nilene Badeca da Costa;
- o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin de Leão; e
- Priscila Fonseca da Cruz, representante do Movimento Todos pela Educação.

A audiência será realizada no plenário 11, a partir das 14h30.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Hora de Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 15/07/2014
Assunto: Sinte		Página: Online



Mário Motta: Sinte protesta contra plano de carreira aprovado há três anos com distribuição de bolo nesta terça em Florianópolis

Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina considera tabela salarial da categoria destruída

Na manhã desta terça-feira, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) realizará um ato público em protesto pelos três anos do que consideram a "destruição" da carreira do magistério em Santa Catarina.

Em julho de 2011, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei Complementar número 539/11, que compactou a tabela salarial do magistério, aproximando os níveis e referências, desvalorizando os profissionais que procuram se qualificar.

Marcando a data, eles levarão um bolo de três metros para o Ticen e irão distribuí-lo à população.

Aproveitando o evento, esperam contar com a presença de aproximadamente 150 professores admitidos em caráter temporário, para discutir a situação desses trabalhadores no contexto educacional catarinense.



Notícias do Dia

Educação terá

Capital. Recursos do BID e contrapartida da

R\$ 260 milhões

prefeitura garantem novas creches e escolas

LEONARDO THOMÉ

leonardo.thome@noticiasdodia.com.br

@ND_online

O sistema educacional em Florianópolis poderá dar um salto de qualidade nos próximos anos. Ontem, a Prefeitura da Capital assinou contrato de empréstimo de R\$ 130 milhões (US\$ 58,8 milhões) com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para aplicar exclusivamente na educação. Com o dinheiro serão construídas creches, escolas, centros de educação integral e modernizada a rede de ensino. Em contrapartida, a mesma quantia financeira deverá ser investida no setor pelo município, totalizando R\$ 260 milhões.

A liberação da verba se dará de acordo com o cronograma de execução do contrato, que tem duração de cinco anos. O primeiro desembolso deve acontecer dentro de 20 dias, destacou o prefeito Cesar Souza Junior, após a assinatura do contrato, em Brasília.

O governo federal é o avalista do empréstimo, que foi comemorado pelo prefeito como uma vitória da educação e da cidade,

já que o BID deseja transformar Florianópolis em exemplo internacional em ensino com crianças de até 14 anos. "Estamos no rumo certo para abriremos mais vagas em creches e melhorarmos ainda mais a qualidade da educação em todas as esferas", disse Cesar.

O dinheiro será utilizado em 27 novas creches, contemplando as regiões do Centro, Norte e Sul da Ilha e Continente, com a abertura de aproximadamente 4.200 vagas em tempo integral. Serão construídas três escolas, em Ponta das Canas, Tapera e Rationes. Estão previstos ainda dois centros de educação integral, um no Norte, em Canasvieiras, e outro no Sul da Ilha.

A modernização das salas de aula e também capacitação de professores e educadores estão no pacote, segundo o secretário de Educação de Florianópolis, Rodolfo Pinto da Luz. As benfeitorias devem ser executadas até 2016.

O município tem 25 anos para pagar o empréstimo, com carência de mais cinco anos. "Algumas obras já estão sendo executadas, e a partir da assinatura o dinheiro relativo a elas entrará e nos ajudará bastante", avaliou o secretário.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Geral

Data: 15/07/2014

Assunto: Secretaria

Página: 23

Notícias do Dia

Secretaria quer priorizar atividades no contraturno

As atividades no contraturno escolar estão entre as prioridades da Secretaria de Educação, segundo Rodolfo Pinto da Luz. O secretário reforça que serão viabilizados dois Ciebs (centros de inovação de educação básica). "Os setores permitirão que em

torno de 1.200 estudantes de tempo regular participem de atividades em contraturno", disse.

Para Rodolfo, com o apoio financeiro do BID, Florianópolis vai sacramentar a ideia de que a educação pública funciona. Ele lembra que serão cerca de R\$

260 milhões em investimentos em educação. "Crianças e jovens, juntamente com seus familiares, terão ampliado o seu orgulho de estar num sistema público e gratuito que apresenta bons resultados no ensino-aprendizagem", concluiu o secretário.